

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • dezembro de 2018



Mini Marcha promove importantes conquistas

Palavra do presidente



O êxito do movimento municipalista depende de inúmeros fatores, entre eles a união e a persistência. Nossas conquistas, portanto, não nascem apenas da força das mobilizações que organizamos e conduzimos, mas estão atreladas à constância com que reiteramos as nossas bandeiras. Foi combinando esses princípios que alcançamos algumas das nossas mais expressivas realizações ao longo da nossa história, sempre impulsionados por um sentido de ação coletiva.

Por isso a Mobilização Municipalista dos dias 19 e 20 de novembro, que trouxe centenas de autoridades locais à nossa sede em Brasília, foi um capítulo adicional da luta travada pelos Municípios em busca de melhores condições de gestão. Mais uma vez, nos agrupamos para refletir sobre dificuldades, comemorar vitórias e acumular energia política. Sabemos que não obtivemos tudo o que queríamos com a nossa pauta, mas avançamos.

Foi uma jornada histórica. A presença do presidente Michel Temer na nossa sede, a primeira de um chefe de Executivo federal, significou uma mudança de paradigma na relação federativa. Conseguimos estabelecer com a gestão Temer uma interação técnica e produtiva, com atendimento da quase totalidade dos pontos fixados na pauta municipalista. Faremos o possível para ter o mesmo tipo de relação qualificada com o futuro governo, e os primeiros sinais com a equipe de transição foram promissores.

Além de uma solução para o impasse com o programa Mais Médicos, o presidente Temer anunciou no nosso evento a instauração do comitê para

o Encontro de Contas de créditos e débitos previdenciários das prefeituras, bem como regras para compensação previdenciária entre Regime Geral e o Regime Próprio de Previdência Social dos Municípios e extensão do prazo de pagamento dos passivos atuarial dos atuais 35 anos para até 75 anos, lutas de 15 anos que representarão alívio financeiro aos cofres das cidades.

Também conseguimos articular com o Congresso Nacional avanços no andamento de temas estratégicos, como a instalação da comissão especial que vai analisar o 1% do FPM em setembro e o Conselho de Gestão Fiscal, uma pauta de mais de 17 anos, exigida pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Usamos o encontro para também reunir forças e ampliar as tratativas com o Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da demanda dos *royalties*.

São conquistas expressivas, que chegam aos poucos e ajudam a fechar de forma positiva 2018, o primeiro ano da gestão que assumi com o desafio de dar continuidade ao trabalho de Paulo Ziulkoski. Resultados que corroboram a nossa principal missão como gestores públicos municipais: melhorar o Brasil na medida em que conseguimos melhorar a vida das pessoas.

Glademir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM



Entrevista

Temer e os compromissos com os Municípios por um pacto federativo

Michel Temer ficará marcado na história do movimento municipalista. Foi o primeiro presidente da República a visitar a sede da Confederação Nacional de Municípios. Eleito vice-presidente em 2010 e reeleito, em 2014, Temer também ocupou por três vezes a presidência da Câmara dos Deputados (1997-1999, 1999-2001 e 2009-2010). Ele assumiu definitivamente a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, após o Senado Federal aprovar o processo de impeachment e afastar a então presidente Dilma Rousseff do cargo. Durante o período de afastamento temporário de Dilma, Temer assumiu como presidente interino durante a **XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**. Confira na íntegra a entrevista com o presidente da República.

Antes de tomar posse, até mesmo como vice-presidente, o senhor defendeu a regulamentação do pacto federativo e disse que iria trabalhar nesse sentido. Qual a principal conquista do seu governo?

Sempre defendi uma revisão no pacto federativo, mecanismo que define a relação fiscal entre os Entes da Federação. Deixamos estudos encaminhados e espero que, em brevíssimo tempo, possamos comemorar uma simplificação do sistema tributário em benefício dos Estados e dos Municípios. Essa simplificação faz parte de uma série de medidas que tem modernizado e organizado o Estado brasileiro. Houve dificuldades, mas foram herdadas e nós as combatemos. Nós colocamos o Brasil nos trilhos, no rumo certo, e o próximo governo poderá conduzir a economia sem embaraços.

Por outro lado, sempre atento às contas dos Estados e dos Municípios, o Governo patrocinou o pagamento de dívidas desses Entes com a União. Estados e Municípios ganharam mais tempo para quitar as dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). E Medida Provisória assinada por mim ampliou para 200 meses o prazo para os Entes federativos pagarem o débito com a Previdência. Quero lembrar que a renegociação dessa dívida era uma das principais demandas da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida por esta entidade. Não apenas parcelamos a dívida. Reduzimos 25% dos encargos, 25% das multas e 80% dos juros. Então, é algo que visa a este caminho do fortalecimento da Federação.

Além disso, entre as medidas que o governo já tomou para beneficiar diretamente os Mu-

nicipios está a repatriação das multas geradas pela Lei da Repatriação entre Estados e Municípios. Inicialmente, a lei não previa essa divisão. Com a mudança, houve um reforço de caixa que ajudou os Entes federativos a fecharem as contas de 2016.

Além disso, sancionei medida aprovada pelo Congresso abrindo crédito de R\$ 2 bilhões para os Municípios. Os recursos deverão ser investidos em saúde, educação e assistência social. Com a sanção, nosso Governo viabilizou auxílio financeiro aos Municípios previsto na Medida Provisória (MP) 815/2017, que autoriza a União a transferir aos Entes federativos, que recebem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em 2018, recursos destinados à superação de dificuldades financeiras emergenciais.

Quais os principais desafios para o próximo governo em relação ao pacto federativo ideal?

A partir do momento em que organizamos as contas públicas, abrimos caminho para que o país possa dar seguimento às necessárias reformas da economia, como a da Previdência e, principalmente, a Tributária. Cabe, portanto, aos novos governantes, em consonância com o poder Legislativo e os Entes federados, buscar as melhores soluções para atender a todos os interesses.

Qual o papel da CNM na construção de um Brasil mais justo para o cidadão, a partir do respeito à autonomia dos Entes na Federação?

Tenho o maior apreço pela causa municipalista e o meu governo sempre esteve de portas abertas para acolher os legítimos pleitos da Confederação Nacional de Municípios. Entendo que a CNM sempre desempenhou o importante papel de parceira da minha

gestão, defendendo os legítimos interesses dos gestores municipais e contribuindo para enriquecer o debate sobre a autonomia dos Entes federados.

Quais mudanças são necessárias para simplificar o processo de repasse de recursos e prestação de contas a fim de permitir maior efetividade da política e controle para se evitar a corrupção?

Uma mudança no pacto federativo é fundamental para levar mais receitas para as prefeituras. A revisão federativa pode levar a um aumento de arrecadação tributária e outras tantas nos Municípios. É importante, também, o governo descentralizar, para os Municípios, não apenas competências, mas também os recursos arrecadados. A União será ainda mais forte se os Municípios forem fortes. Eu não tenho dúvida disso.

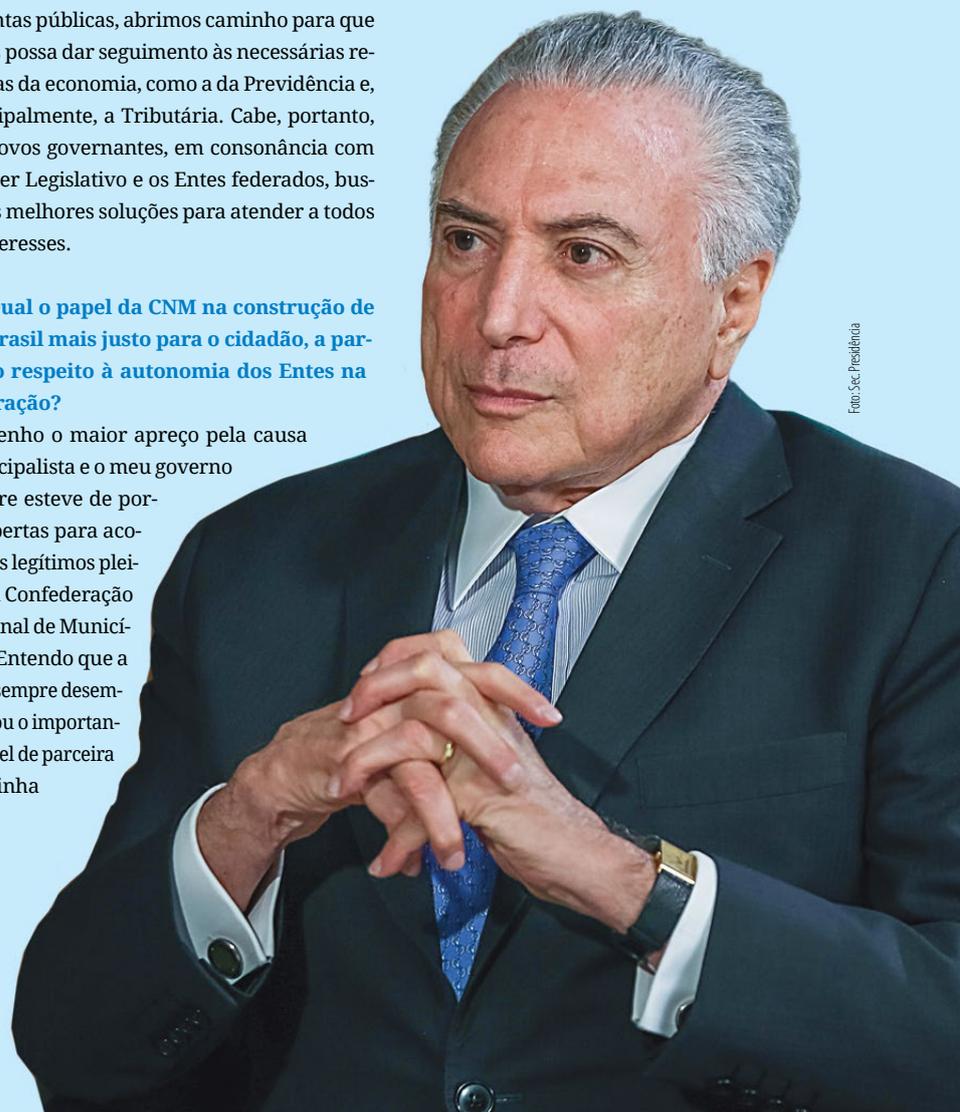


Foto: Sec. Presidência

Defesa Civil

Seca é responsável por 80% dos decretos de emergência e calamidade

Abrir a torneira e não cair uma gota de água. Apesar de parecer uma realidade distante, isso ainda ocorre nos dias atuais e afeta muitos brasileiros, principalmente os da região Nordeste do país. Só para se ter uma ideia, um mapeamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostrou que a seca é responsável por quase 80% dos decretos de Situação de Emergência (SE) e/ou Estado de Calamidade Pública (ECP).

Mais de 37,7 milhões de pessoas padeceram com a falta de água em território nacional, entre 2012 a 2017. Delas, quase 28 milhões são nordestinos. Os números saíram de um desdobramento do estudo “Decretações de anormalidades causadas por desastres nos Municípios brasileiros entre 2003 e 2018”. Eles mostram que, a cada cinco Municípios, um é afetado pela seca. No período, foram 17.596 decretos de SE ou ECP de localidades dos nove Estados do Nordeste, o que indica três decretos por dia.

Ao se somar todos os reconhecimentos federais de falta de água, entre 2003 e 2018, os Muni-



cípios obtiveram 23.283 mil decretos atestados e publicados no Diário Oficial da União (DOU). De acordo com a cartilha Municípios e o Convívio com a Seca, publicada pela CNM em 2017, o problema é histórico, e os primeiros relatos são de 1583 a 1585, no final do século XVI. Mas, importante lembrar, se somaram aos aspectos territoriais e meteorológicos a ação humana e a mudança rotacional da terra.

“É preciso dialogar com as comunidades mais afetadas, em áreas rurais ou urbanas, para criar projetos que promovam a qualidade de vida e o desenvolvimento local sustentável”, sinaliza o presidente da CNM, Glademir Aroldi. Ele explica que, de 2012 até o primeiro semestre de 2017, a falta de água causou um prejuízo de R\$ 215,6 bilhões em todo o Brasil, e 68,8% desse prejuízo foi no Nordeste.

De acordo com os números da entidade, a pecuária nacional teve prejuízos econômicos

de R\$ 43,2 bilhões; a indústria obteve impacto negativo de R\$ 2,8 bilhões; e a agricultura teve resultado nocivo ainda maior: R\$ 148,5 bilhões. De forma inovadora, a CNM mostra que o desabastecimento de água provocou prejuízos de R\$ 3,1 bilhões na saúde. Especificamente, a região Nordeste perdeu R\$ 28,2 bilhões na agropecuária; R\$ 2,8 bilhões na indústria; e na agricultura foi registrada maior devastação, R\$ 2,8 bilhões.

Só a Paraíba teve 3.875 decretos reconhecidos pelo poder público federal nos últimos anos. Isso significa um decreto a cada dois dias. Como exemplo: Irauçuba (CE) teve pelo menos uma anormalidade, todos os anos, de 2003 para cá, exceto em 2011. Situação que praticamente se repete em mais de 30 localidades de Alagoas, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

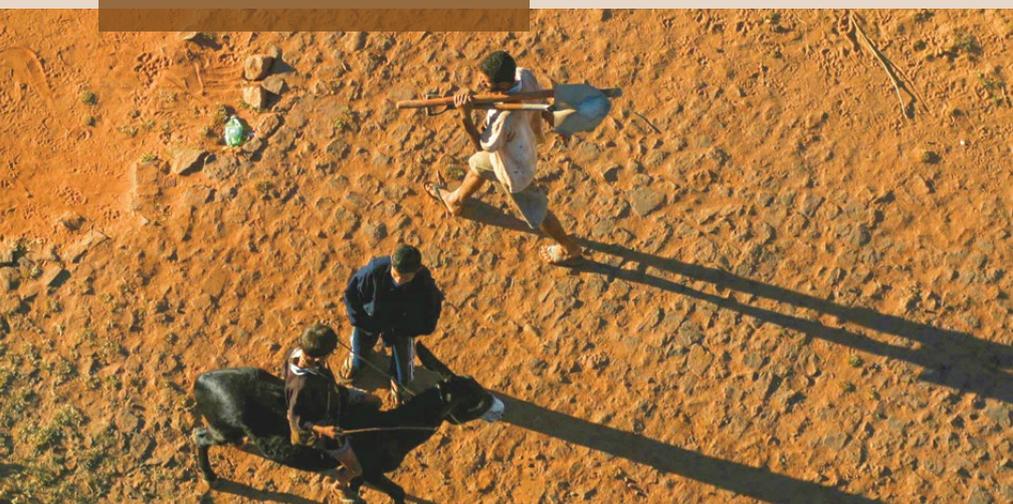
Em muitas localidades não há água para o consumo humano, ou seja, para fazer comida e tomar banho, muito menos para a produção agrícola e para o gado. E, por isso, muitas localidades ficam dependentes de carro-pipa financiado pelo governo federal ou estadual, o que é motivo de constante preocupação das autoridades locais e de atraso no desenvolvimento dessas localidades, além de prejuízos de todos os aspectos.

O problema é frequentemente relatado pelos gestores locais que visitam a sede da CNM. Confira alguns desses muitos relatos na matéria especial da CNM “Seca impulsiona decretos de emergência e castiga população”, publicada no site institucional e nas redes sociais.



Prejuízos da Seca

- R\$ 43,2 bilhões** na pecuária
- R\$ 2,8 bilhões** na indústria
- R\$ 148,5 bilhões** na agricultura



Educação: urgências dos Municípios para o próximo governo federal

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) encaminhará as demandas dos Municípios na área da Educação ao novo presidente da República, tão logo seja agendado encontro com a equipe de transição do governo eleito em outubro deste ano. As questões são conhecidas, nem por isso fáceis de serem resolvidas.

Em primeiro lugar, os gestores municipais reivindicam solução para o reajuste do piso nacional dos professores, que vem se tornando impagável em razão do critério fixado na Lei 11.738/2008. Entre 2010 e 2018, a receita do Fundeb cresceu 100,56%, e o piso do magistério foi reajustado em 158,46%. Em 2017, o INPC foi de 2,06% e, em 2018, o salário mínimo foi reajustado em 1,81% e o piso em 6,81%.

Antevendo essas dificuldades, o então presidente da República enviou ao Congresso Nacional, uma semana após a sanção da Lei 11.738/2008, o Projeto de Lei (PL) 3.776/2008, a

fim de adotar o INPC como índice para reajuste do piso do magistério. Desde então, a Confederação tem se manifestado pela aprovação desse PL. Entretanto, o projeto do Executivo tramita há mais de dez anos! Desde 2011, aguarda inclusão na pauta do plenário da Câmara dos Deputados (CD). A CNM reivindica aos presidentes da República e da Câmara dos Deputados que imediatamente seja concluída a votação do PL 3.776/2008.

Em segundo lugar, as leis dos programas nacionais de alimentação e transporte escolar (Pnae e Pnate) não determinam reajustes anuais dos valores desses programas, que, em consequência, permanecem congelados por vários anos. Quando reajustados, o governo federal o faz conforme suas disponibilidades e opções orçamentárias. Segundo estudo da CNM, em 2011, 70% do custo da merenda e 90% do transporte escolar eram financiados com recursos municipais.

Por demanda dos Municípios, vários PLs tramitam na CD para assegurar reajuste anual dos valores do Pnae e do Pnate. Entre eles, o PL 5.660/2001 e o PL 2.505/2015, da Comissão Especial do Pacto Federativo, relativos ao Pnae, e o PL 2.508/2015, da mesma Comissão, sobre o Pnate. De igual forma, esta Confederação reivindica ao

Executivo e ao Legislativo federal que encaminhem as medidas necessárias para a imediata solução dessa demanda municipalista.

Além dessas duas demandas urgentes, o novo governo federal precisará resolver questões estruturantes da educação básica pública no Brasil. À medida que encerra em 2020 a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a proposta do novo Fundeb precisa ser aprovada antes desta data.

Diante dos resultados positivos do Fundeb no efeito redistributivo intraestadual e na redução das desigualdades entre os Estados em decorrência da complementação da União, é praticamente consenso no país a necessidade de tornar o Fundeb permanente. Com esse fim, já tramitam no Congresso Propostas de Emenda à Constituição (PEC). Em audiências públicas na CD, a CNM defen-

deu a aprovação do novo Fundeb em 2019 a fim de dar tempo suficiente para elaborar a lei de regulamentação do novo Fundo.

A CNM defende também aumento viável e gradativo da complementação da União ao novo Fundeb e maior redistribuição dos recursos do Fundo no interior de cada Estado e no país, de forma a promover mais equidade e qualidade da educação básica pública. Além da complementação da União ao Fundeb, a Confederação defende ainda mais recursos federais para manutenção e custeio das creches, como no Programa Brasil Carinhoso. De fato, a maior defasagem entre o valor por aluno do Fundeb e o custo real da educação ocorre na creche, e, somente nesta etapa da educação básica, a matrícula é crescente nos últimos anos.

Outra questão estruturante a ser enfrentada no próximo mandato é a regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) por lei complementar. Para a Confederação, a Lei do SNE

deve definir com mais clareza a repartição de responsabilidades pela oferta da educação básica. Em especial, é preciso eliminar ou reduzir a competição e os conflitos entre Estados e Municípios (por exemplo, na disputa por matrículas no ensino fundamental e no financiamento do transporte escolar para alunos da rede estadual) e impedir o desrespeito à autonomia de Estados e Municípios pela União na imposição de atribuições (por exemplo, o pagamento do piso nacional do magistério como vencimento inicial da carreira) e de políticas e programas, na realidade impostos por meio de transferências de recursos federais.

Da mesma forma, a Lei do SNE deve regular o regime de colaboração no processo decisório na educação básica pública. Nenhuma medida do governo federal para a educação básica deverá ser tomada sem decidir em conjunto com os Entes federados subnacionais. Para isso, o novo presidente deve imediatamente colocar em funcionamento a instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, prevista na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE) que até agora não saiu do papel.

Nesses fóruns ou espaços de negociação e deliberação federativa, a CNM reivindica que a representação dos Municípios seja assegurada por meio de indicações das entidades municipalistas constituídas pela adesão e filiação de seus prefeitos, que são os agentes públicos detentores dos cargos eletivos, legítimos representantes de suas populações.

Por fim, como entidade pluralista e representativa dos Municípios, a CNM manifesta sua disposição de manter diálogo

republicano com o novo presidente da República, encaminhando as demandas municipalistas e contribuindo com a construção de soluções para os problemas do país.

Mariza Abreu – Formada em História e Direito. Consultora legislativa na área da educação da Câmara dos Deputados, aposentada. Ex-secretária municipal de Educação de Caxias do Sul/RS e ex-secretária de Educação do RS. Consultora em educação da CNM.

Segundo estudo da
CNM, em 2011,
70%
do custo da
merenda e
90%
do transporte escolar
eram financiados
com recursos
municipais.

Boas práticas

Incentivo à agricultura familiar ajuda Município a arrecadar mais que FPM

Quando falamos de produção agropecuária como motor da economia no Brasil, logo associamos a grandes fazendas, gados e exportação de soja, café, milho, dentre outros produtos. Mas, de acordo com o último Censo Agro, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos Municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Existem situações em que essa atividade representa a totalidade dos alimentos produzidos para a merenda escolar. É o caso da cidade de São João, no Paraná, que conseguiu mais recursos com a produção em pequenas propriedades do que recebeu do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, o Município adquire de agricultores familiares locais 100% dos alimentos da merenda escolar que são distribuídos nas instituições públicas da cidade. Esse fato é determinante para que os recursos permaneçam na economia local e para cumprir com muito mais que os 30% obrigatórios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Somente no período de julho de 2017 a junho de 2018, São João recebeu cerca de R\$ 101 milhões de financiamento pelo programa, enquanto o FPM na mesma época foi de R\$ 12 milhões.

A variedade da produção de São João vai desde alface, tomate, feijão, brócolis e cenoura até carne bovina e bolacha caseira. Além disso, outros produtos são utilizados nas indústrias da cidade para a produção de ração de animais. O prefeito da cidade, Altair Gasparetto, explica que, além de suprir as necessidades dos alunos, o desempenho de destaque da agricultura familiar e a negociação dos produtores com a própria prefeitura no fornecimento da merenda escolar traz outros benefícios para a população. “A compra direta é muito importante para o fortalecimento econômico da agricultura familiar local, pois incentiva a produção de novos produtos, bem como auxilia no rendimento das famílias fornecedoras e gera empregos”, explicou o gestor.

Repassa da merenda

A insuficiência nas transferências da União aos Municípios para o custeio da merenda escolar é considerada por muitos prefeitos um dos problemas mais agudos da gestão municipal. O valor ínfimo de R\$ 0,36 por aluno que o governo federal repassa aos Entes locais compromete o atendimento à população, pois quase sempre o Município não tem condições de complementar o restante que deixou de ser transferido.

A autossuficiência na produção da agricultura familiar de São João faz com que esse impacto negativo nas finanças municipais seja amenizado. “A prefeitura entra com os recursos e com a contrapartida para manter a oferta de alimentos in natura e os produtos provenientes da agricultura familiar”, disse o chefe do Executivo municipal.

Relevância

Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam que são 4,4 milhões de famílias de produtores da agricultura familiar. A movimentação da atividade tem faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões. Quando se soma a agricultura familiar com toda a produção, o faturamento do Brasil chega a US\$ 84,6 bilhões por ano, fato que coloca o país na quinta posição no ranking mundial dos que mais produzem alimentos.

Caso o país tivesse só a produção familiar, ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial, ocupando a oitava colocação entre os maiores produtores de alimentos. É através da agricultura familiar que são produzidos mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, configurando, portanto, um importante instrumento de controle da inflação.



A agricultura familiar é a base da economia de

90%

dos Municípios brasileiros com até 20 mil habitantes

4.400.000

de famílias de produtores da agricultura familiar

US\$ 55,2 bi

é o faturamento anual da agricultura familiar

Finanças

Municípios garantem congelamento do FPM até o censo de 2020



Ag. Senado

A força e a representação do movimento municipalista se confirmaram neste final de 2018. Cerca de 129 Municípios que teriam perdas de coeficiente no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) não o terão por conta da aprovação do PLP 549/2018. O texto foi elaborado pela CNM e sugerido ao deputado Arthur Lira (PP-AL), que apresentou o projeto e um requerimento de urgência, garantindo agilidade na tramitação.

A proposta mantém os coeficientes de dis-

tribuição do FPM de 2018 das 129 localidades até que os dados para seu cálculo sejam atualizados com base em novo censo demográfico, previsto para 2020. A entidade comemora o avanço no Congresso Nacional e espera a sanção presidencial.

A entidade destaca que a medida representa um alívio aos gestores locais que seriam impactados com a queda de receita na queda de coeficiente nos próximos anos.

Confira a rápida tramitação da proposição:

- **26 de outubro** – TCU aconselha Municípios a tentarem congelar FPM
- **14 de novembro** – CNM apresenta proposta de congelamento do FPM ao líder do PP, deputado Arthur Lira
- **20 de novembro** – Deputado apresenta projeto e é solicitado requerimento de urgência
- **21 de novembro** – Plenário aprova urgência para projeto de congelamento do FPM
- **22 de novembro** – Câmara congela coeficiente do FPM de 135 Municípios
- **27 de novembro** – Projeto do congelamento do FPM chega ao Senado; CNM conta com urgência
- **28 de novembro** – Senadores defendem projeto e Eunício Oliveira promete pautar congelamento do coeficiente do FPM
- **04 de dezembro** – Prefeitos baianos são recebidos por Aroldi e endossam urgência na aprovação do congelamento do FPM
- **04 de dezembro** – Vitória: congelamento do coeficiente do FPM é aprovado no Senado e segue para sanção

Ainda antes da apresentação do projeto, a Confederação já atuava para contornar os impactos decorrentes da falta de censo pelo IBGE. Confira um pouco:

2015

Em março, os prefeitos afetados buscaram na Justiça resolver os impactos do cancelamento da contagem populacional. A CNM pediu ao IBGE novo prazo para as prefeituras contestarem a estimativa populacional. Cento e trinta Municípios sofreram mudanças no coeficiente do FPM

Estudo da CNM mostrou que muitos Municípios têm mais eleitores do que habitantes. A entidade pede agenda para debater o problema. A Confederação solicita ao IBGE prazo para que prefeituras contestem estimativa populacional

2016

Em abril, CNM participa de audiência na Câmara para debater revisão de regras do FPM e Censo. Entidade pede novo prazo para que os Municípios contestem estimativa populacional e IBGE atende solicitação e amplia prazo para Municípios contestarem estimativa populacional

2017

Novo estudo mostra número de cidades que possuem mais eleitores do que habitantes e traz debate para a imprensa nacional. Estimativa populacional aponta que 129 Municípios perdem coeficiente. A Confederação reforça o diálogo sobre estimativa populacional, que ganha destaque no TCU. Em outubro, presidentes da CNM e do IBGE se reúnem para tratar da estimativa populacional e do Censo 2020. No mesmo mês, Aroldi reforça no TCU preocupação com estimativa populacional que pode alterar repasses do FPM. O presidente da CNM alerta para risco de não realização do Censo Demográfico de 2020 e pede apoio do Congresso. Ministro do TCU aconselha Municípios a tentarem congelar FPM na Justiça ou por MP

2018

2018 entra para história do

A instalação do Comitê do Encontro de Contas da Dívida Previdenciária, as regras para compensação previdenciária entre Regime Geral e o Regime Próprio de Previdência (RGPS e RPPS) e a extensão do prazo de pagamento dos passivos atuarial de 35 para até 75 anos. Essas são algumas conquistas da última Mobilização Municipalista de 2018, que entra para a história. Com uma mudança histórica de paradigma e grande lista de avanços, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) relata como foi receber um presidente da República, pela primeira vez, na sede.

O objetivo inicial do evento promovido pela CNM – em parceria com as entidades municipalistas estaduais e microrregionais – foi prestar o devido reconhecimento ao trabalho do Executivo e do Legislativo, que resultou em melhorias para os governos municipais. Além de conquistar esse objetivo, os dois dias de atividades, e toda a semana do dia 19 de novembro, foram marcados por anúncios e publicações que vão ao encontro das reivindicações municipalistas. E a pauta municipalista ganhou força junto a autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

“O presidente Temer tem essa visão e entende que o Município é a ferramenta mais importante na prestação de serviços. Nós só vamos melhorar a qualidade de vida da população brasileira se, efetivamente, fortalecermos a gestão local. E o mundo caminha para isso”, salientou o presidente da CNM, Glademir Aroldi. “Nunca o Município, o movimento municipalista, foi tão bem recebido e tão bem tratado no Palácio do Planalto”, disse Aroldi. Ele mencionou ainda a coragem da presidência de vetar matérias prejudiciais aos governos municipais e de reajustar os programas federais.

O ex-presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, também participou do momento, chamado por ele de “grandioso e até sublime para o movimento municipalista”. Ziulkoski recordou o ano de 1997, em que ele e mais alguns municipalistas idealizaram a primeira Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, contra tudo e contra todos. “Os prefeitos aqui eram como uns párias, que viviam de pires na mão, que vinham aqui para fazer sei lá o quê. E nós nos propusemos a resgatar essa imagem e colocar o prefeito no seu devido lugar, e o Município onde merece estar, como determina a Constituição”, relatou o municipalista gaúcho ao mencionar o fato de os prefeitos terem sido recebidos por cachorros, literalmente.



Divulgação

Executivo

“Quero dizer que essas coisas ninguém faz sozinho. Em primeiro lugar, precisa de provocação, e os Municípios brasileiros, extraordinariamente bem unidos na CNM, têm uma solidez fantástica. Vocês provocando, como provocaram o governo federal, conseguiram nosso apoio e nós conseguimos o apoio do Congresso Nacional”, ponderou Temer, ao lembrar dos avanços na pauta municipalista durante seu governo. Segundo ele, o exercício democrático depende da descentralização, que já começou. “O autoritarismo concentra, e a democracia

descentraliza”, disse.

De forma descontraída, o presidente da República disse que os gestores municipais “sempre vinham de pires na mão”, mas em seu governo “vieram com prato fundo e conseguimos preenchê-lo, especialmente com essas três colheiras que demos hoje”. Ele se referia aos compromissos assumidos com o movimento municipalista, no início do governo. De acordo com levantamento feito, até a data da mobilização, 70% do que foi pactuado já foi promovido. Temer sinalizou o desejo de encerrar seu mandato com efetivo 100% do pactuado.



tucional

movimento municipalista

Legislativo

Diversos deputados e senadores também participaram do evento, concederam entrevistas e se pronunciaram durante as atividades. Em nome do Parlamento, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Wellington Fagundes (PR-MT), representando Eunício Oliveira (MDB-CE), participaram da cerimônia principal. Os presidentes Michel Temer, Rodrigo Maia e Eunício Oliveira receberam placa de reconhecimento ao apoio para os avanços da pauta municipalista.

Ao fazer o uso da palavra, tanto Fagundes quanto Maia destacaram a necessidade de mudanças no modelo federativo. **“Um novo pacto, que redefina as obrigações dos Entes com a partilha dos recursos**

cobrados de toda a população. De tudo que se arrecada, bem pouco, cerca de 18%, fica onde está quem efetivamente paga os impostos. A União fica com 50% e os Estados com pouco mais de 32%”, disse Fagundes.

“Temos de discutir a redução das despesas. A primeira e mais importante medida, que vai mudar o Brasil, é a revisão da previdência pública e do regime geral. A gente precisa que os Municípios voltem a ser gestores do futuro da vida das nossas famílias e das nossas crianças”, disse Maia ao sinalizar que o caminho para atender às demandas da população é menos recursos na União e mais nos Estados e nos Municípios.



CONQUISTAS

- Decreto que regulamenta o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM) para o Encontro de Contas de débitos e créditos dos Municípios e da União foi publicado regulamentando o art. 11 da Lei 13.485/2017. Isso representa o fim de uma luta de mais de 15 anos do movimento, e a esperança de os Municípios receberem seus créditos da União.
- Novo edital de reposição de médicos do Programa Mais Médicos, por conta da decisão do governo de Cuba de romper acordo de cooperação e retirar os profissionais do país imediatamente. Menos de uma semana após a publicação do edital, 30.734 médicos com registro (CRM) no Brasil já estavam inscritos. Deles, 21.407 foram efetivados e 8.278 profissionais já estavam disponíveis para atuação, o que representa 97,2% das vagas.
- Portaria do Ministério da Saúde que regulamenta o decreto presidencial 9.380/2018, flexibilizando o uso de estruturas físicas do

- Sistema Único de Saúde (SUS) concluídas e sem funcionamento. Com a medida, os gestores municipais e estaduais de saúde terão até 30 junho de 2019 para pedir a readequação da sua rede física.
- Cooperação entre a CNM e o Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (Semob), para auxiliar os gestores na elaboração de planos de mobilidade urbana.
- Assinatura dos primeiros convênios previstos no Fundo Federal de Apoio à Estruturação de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) por Entes subnacionais, que prevê apoio técnico aos Municípios em projetos viáveis no estabelecimento de PPPs, pelo Ministério do Planejamento.
- Reunião entre Aroldi, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o secretário de Governo, Carlos Marun, no Palácio do Planalto, para tratar do Apoio Financeiro aos Municípios (AFM), de R\$ 2 bilhões; linha de financiamento para os precatórios; e a exclusão da base de cálculo do PIS/Pasep dos valores destinados ao pagamento de benefícios dos RPPS municipais.



XXII de 8 a 11 de abril de 2019
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

#EuSoua
Marcha

INSCRIÇÕES
ABERTAS
com desconto no site
www.marcha.CNM.org.br

Movimento ocupa Congresso e

Por estarem agendadas para o mesmo dia, as votações da Nova Lei de Licitações e do Conselho de Gestão Fiscal (CGF) e a instalação da Comissão Especial que vai analisar o 1% do FPM de setembro tornaram-se os destaques da Mobilização Municipalista no Congresso Nacional. Presentes à Mini Marcha, a pressão dos municipalistas reunidos em Brasília para reconhecer as ações deste governo e reforçar os pleitos para os quais há grande expectativa de aprovação ainda neste ano conseguiu ainda mais avanços no Congresso.

Como destacou o senador Wellington Fagundes (PR-MT) no encontro com o Temer na sede da CNM, a maioria das pautas prioritárias da CNM tramita atualmente na Câmara dos Deputados. É o caso dos textos que definem novas regras, de eficiência e transparência, para as contratações públicas – Projetos de Lei (PLs) 1.292/1995, 6.814/2017 e outros 230 apensados – e do projeto que cria o CGF e garante representatividade aos Municípios (PL 3.744/2000). Em razão da falta de *quórum* e do início da Ordem do Dia no Plenário da Casa, licitações não avançou na Comissão Especial. Em razão da falta de quórum e do início da Ordem do Dia no Plenário da Casa, licitações não avançou na Comissão Especial durante a mobilização. No entanto, o texto foi aprovado no dia 5 de dezembro, com 17 votos favoráveis e um contra.

Por outro lado, a proposta que garante acréscimo de 1% no primeiro decêndio de setembro do FPM teve presidentes e relator eleitos diante

de dezenas de gestores municipais e representantes da CNM, que lotaram o plenário no dia 20 de novembro. O presidente, deputado Covatti Filho (PP-RS); o primeiro vice-presidente, Herculano Passos (MDB-SP); e o relator, Júlio César (PSD-PI), não só garantiram celeridade à tramitação como também aproveitaram a ocasião para falar de outras proposições com impacto municipal.

“Parabéns às lideranças municipais que estiveram aqui. A união do movimento é que faz a pauta avançar. O relator Júlio Cesar se comprometeu de, em um curto espaço de tempo, apresentar parecer e deixar matéria em condições de ser apreciada no Plenário. A cada dia damos um passo importante e hoje fomos rumo à aprovação do 1% de setembro”, comemorou Aroldi.

E, uma semana depois da Mobilização, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) apreciou o PL 3.744.2000. O relator, Hildo Rocha (MDB-CE), uniu esforços com o movimento municipalista para conseguir aprovação por maioria simples, contornando as obstruções. Trata-se de uma luta de 18 anos, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) previa a criação de um Conselho, cuja composição e forma de funcionamento seriam estabeleci-



Divulgação

das em Lei posteriormente – o que não ocorreu. O CGF será responsável por normatizar os procedimentos contábeis, unificando-os e promovendo a convergência com padrões internacionais. A proposta, que segue para os plenários da Câmara e do Senado, garante que representantes dos Municípios, indicados pela CNM, estejam entre os membros do colegiado.



Divulgação



Divulgação

Próximos passos

Há um prazo de até 10 sessões, contadas desde 21 de novembro, para os parlamentares apresentarem emendas à PEC 391/2017, mas o relator adiantou que pretende acordar com os membros da Comissão o mínimo de mudanças na redação original para não atrasar o trâmite. A instalação do colegiado é considerada um grande avanço do movimento municipalista, que lançou esse pleito na mobilização de novembro do ano passado, mas, com a intervenção federal do Rio de Janeiro e a suspensão da análise de PECs, viu a proposta travada na CCJC da Casa. A matéria deve passar ainda pelos plenários da Câmara e do Senado.

so Nacional

garante tramitação de projetos

Durante a semana de Mobilização, deputados e senadores reconheceram a força do movimento municipalista e a urgência de algumas demandas.



Covatti Filho

“Acho de suma importância essa união que vocês estão tendo, porque nós somos defensores do municipalismo. É fácil, na eleição, fazer discurso do pacto federativo, mas vemos poucas ações para mudar a distribuição. Dizem que política e feijão só se amolece na pressão, então cabe a nós parlamentares dar essa atuação que vocês merecem. No dia que vocês votarem essa PEC ninguém vai sair perdendo, porque quem ganha é a população brasileira. Que o futuro governo tenha comprometimento com a pauta. Vamos acelerar ao máximo possível o trabalho da comissão.”



Herculano Passos

“Temos acompanhado a CNM e, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Municípios, fazemos grande trabalho levando a pauta municipalista para líderes, partidos e bancadas, sensibilizando deputados a votarem as matérias com impacto local. Sabemos das necessidades dos Municípios e o que os prefeitos e vereadores sofrem, então temos sensibilidade para apoiar esse que é o Ente mais desamparado”.



Júlio Cesar

“Temos pressa para atender os Municípios. Já vi tramitação de PEC, se o colegiado concordar, ser reduzida para uma ou duas sessões para termos prazo de apresentar relatório e aprovarmos ainda neste ano, nos plenários da Câmara e do Senado no mesmo dia. Não há interesse de emendar, porque teria que voltar ao Senado, e não vejo como o atual e o futuro presidente da República serem contra. E, acima de tudo, nós precisamos nos articular urgente com o Supremo para derrubar liminar que suspendeu compartilhamento dos royalties.”

▶ Outros pleitos

• TERRENOS MARINHOS

Extinuir os terrenos de marinha localizados em área urbana e estabelecer critérios para que a venda desses terrenos fique a cargo dos Municípios é o que prevê o substitutivo aprovado pela comissão especial da PEC 39/2011. O texto representa mais uma conquista, pois o parecer do relator, deputado Alceu Moreira (MDB-RS), extingue apenas os de área urbana. Situados na orla marítima da costa brasileira e nas margens de rios e lagos, os terrenos de marinha estão definidos na Constituição Federal. De acordo com a CNM, com a PEC, os Municípios poderão implementar impostos das transações destes imóveis e regular os instrumentos tributários no âmbito da gestão urbana local.

• MP CULTURA

A Medida Provisória (MP) 846/2018, da forma como foi aprovada, garante financiamento para a Cultura por meio da destinação de parte dos recursos arrecadados com as loterias fede-



rais. Com a mobilização da CNM, o Executivo e os parlamentares fizeram com que os repasses para a área não fossem reduzidos. Pelo contrário, o texto, aprovado pelo Plenário do Senado, amplia de 0,40% para 0,90% a destinação do produto da arrecadação de cada emissão da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) para o Fundo Nacional de Cultura (FNC).

• FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CTF)

E, na última semana de novembro, outra Comissão da Câmara analisou duas propostas seguindo entendimento da CNM. Os membros da CFT rejeitaram o PLP 212/2015, que permitia des-

contos nas alíquotas de impostos para empresas recém-criadas – o que impactaria a arrecadação dos Entes. E quanto ao PL 5.018/2013, que estendia o Garantia-Safra aos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) – medida a qual a entidade é favorável –, os parlamentares retiraram a matéria da pauta para reexame por parte do relator, que deu parecer contrário ao texto.

▶ Pleitos 2018

A lista de projetos que a CNM acompanha é extensa e, para 2018, esperam-se avanços como:

- concessão de empréstimo a asegurado ou beneficiário de regime próprio de previdência social (PLP 11/2003);
- definição dos tomadores de serviço, simplifica e transforma em fiscalizável o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (PLP 461/2017);
- permissão de cobrança de ISS sobre o monitoramento e o rastreamento de veículos e carga (PLP 191/2015);
- regulamentação da compensação da Lei Kandir (PLP 511/2018).

Judiciário

Royalties, a luta continua

Não será em 2018 que os Municípios poderão contar com a distribuição mais justa e igualitária de uma das maiores riquezas do Brasil, os *royalties* de petróleo. Na última Mobilização Municipalista do ano, o presidente da Confederação, Glademir Aroldi, se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, para apelar a urgência da definição da matéria. A reunião foi a última ação do evento, mas segundo o decano a matéria deve ficar para o próximo ano.

O presidente da CNM, ao lado do consultor jurídico da entidade Ricardo Hermany, entregou ofício ao ministro requerendo julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917 em plenário. Cabe ao presidente da Corte definir a pauta para os ministros julgarem. Seis governadores do Nordeste, que também estavam no STF, encontraram-se com Aroldi na ocasião e reforçaram o pedido de julgamento imediato da Ação, demonstrando o apelo da causa.

Em resposta, Toffoli sinalizou que no primeiro semestre do ano que vem deve pautar a ADI, ajuizada pelo Estado do Rio de Janeiro. “Foi muito positiva essa Mobilização. Primeiro, os acordos de cooperação técnica e os decretos assinados pelo presidente Temer, na sede da CNM, que vão tornar possível o Encontro de Contas, entre outras pautas. Depois, a instalação da Comissão que vai analisar o 1% do FPM para setembro na Câmara dos Deputados. E agora essa receptividade do presidente do STF com o julgamento dos *royalties*, que, para nós, é essencial”, analisou Aroldi.

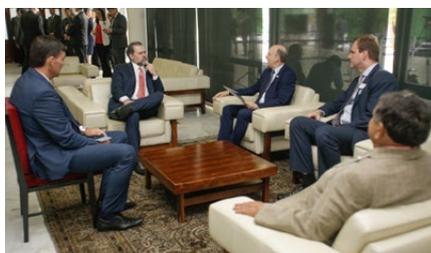
ABAIXO-ASSINADO

A luta do movimento municipalista não deve parar. Por isso, o presidente da entidade conclama aos gestores municipais que continuem a manifestar apoio à medida da Confederação e assinar o abaixo-assinado pelo julgamento da ação. Até o momento, são mais de 85 mil assinaturas de gestores e munícipes que entendem a importância do recurso para os Municípios.

O manifesto pode ser baixado no *site* da CNM, e a sugestão é que o prefeito promova uma audiência pública para conversar com a população sobre o assunto. No *site* da entidade é possível ainda ver quanto o seu Município deixou de arrecadar nesses mais de seis anos em que a medida está parada no STF.



SC/STF



SC/STF

HISTÓRICO

Em 2013, decisão monocrática sobre a ADI 4.917 suspendeu a distribuição dos recursos conforme determinação da Lei 12.734/2012. A medida chegou a ser pautada no ano de 2014, mas não foi julgada. Desde então, a Confederação, munida de argumentação jurídica e pareceres favoráveis de ministérios, Advocacia-Geral da União (AGU) e Procuradoria-Geral da República (PGR), vem lutando para que uma liminar não prejudique ainda mais os Municípios que poderiam estar recebendo mais recursos e amenizando a distorção existente no federalismo brasileiro.

Turismo

Turismo em pauta na cidade de Manaus (AM)

Manaus sediou entre os dias 22 e 24 de novembro o **5º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial**. O evento reuniu autoridades, especialistas, prefeitos e outros agentes municipais para intensificar os debates sobre o Turismo Sustentável como forma de alavancar a economia dos Municípios, principalmente nas cidades da região Norte.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) foi representada pelo tesoureiro Jair Souto. O encontro contou com apresentações de boas práticas no Turismo e palestras sobre a criação da rota internacional da Amazônia,

gestões turísticas dos Patrimônios Mundial, Cultural e Natural, além da importância do Turismo como fonte de renda. Ainda foi realizada mais uma reunião do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM) e uma exibição calorosa dos integrantes dos bois Garantido e Caprichoso da cidade de Parintins (AM).

O encontro foi promovido pela CNM em parceria com a Organização das Cidades Brasileiras do Patrimônio Mundial (OCBPM) e teve o patrocínio da Caixa Econômica Federal com o apoio institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e de entidades estaduais da região Norte.



Divulgação



Divulgação

 Atricon

Gestores debatem ações integradas de controle

Em parceria com a CNM, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou o 2º Fórum Nacional de Controle. Coordenado pelo ministro do TCU Augusto Nardes, o encontro deste ano buscou contribuir com os novos governos eleitos, desenvolvendo atividades conjuntas de capacitação e a promoção de ações integradas de controle. Também foram feitas propostas de legislação sobre controle externo.

O prefeito de Ibatiba (ES), Luciano Salgado, representante da região Sudeste da Diretoria da CNM também mediu o painel “O desafio de melhoria da qualidade do ensino no Brasil”, com a participação do ministro da Educação, Rossieli Soares; do procurador-geral municipal de São Bento do Uma (PE), Cristiano Lessa; do secretário de Controle Externo da Educação do TCU, Ismar Barbosa; e do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Herton Araújo.

“Temos de reforçar que precisamos conectar mais os três Entes da Federação, mas o recurso financeiro precisa estar no Município. Às vezes falta comprometimento político para que a gente possa superar esses desafios. A CNM tem feito o papel dela, lutado pelo municipalismo. Então, tenho certeza de que a criação das comissões (bi e tripartite) podem auxiliar na interlocução política entre os Entes. Áreas como a Saúde e a Assistência Social já têm comissões como essas e já avançaram muito nas políticas públicas dessas áreas. Esse debate foi um momento importante que a CNM liderou junto com o TCU”, defendeu Salgado.

Pauta

Na oportunidade, Salgado aproveitou para agradecer o ministro Augusto Nardes pelo apoio na aprovação de uma matéria que tramita no Congresso Nacional e trata do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, Salgado entregou uma demanda do movimento municipalista requerendo a apreciação dos pleitos que tratam sobre a utilização dos recursos a serem pagos pela União, a título de precatórios, resultantes de ações que buscaram o ressarcimento de verbas não pagas corretamente quando da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Nardes sinalizou a importância do Fundef e destacou que o TCU dará atenção ao tema. “É importante a questão do Fundef, é um tema que o tribunal tem debatido e nós estamos à disposição para continuar esse debate, especialmente



Divulgação



Divulgação

Carta de Brasília

O fim do evento foi marcado pela assinatura da Carta de Brasília. No documento, os participantes se comprometem com os objetivos estabelecidos no fórum. Entre eles, o de manter compromissos assumidos na primeira edição do Fórum Nacional de Controle, realizado em 2017, e consolidar a implementação de uma visão de longo prazo para o país, com planejamento estratégico.

“Passem a ideia para os demais e para os Municípios, para que, além da assinatura aqui, não fique só na simbologia, que possamos colocar em prática isso. Independentemente de quem foi eleito, em qualquer circunstância, o Brasil precisa se unir para voltar a gerar emprego, distribuir renda e criar uma perspectiva de esperança”, conclamou o ministro Augusto Nardes.

Além da CNM, assinaram o documento representantes dos governantes eleitos para a próxima legislatura (2019), tanto do Executivo como dos Estados; representantes dos Tribunais de Contas e da Controladoria-Geral da União; e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

para fazer uma avaliação profícua, a fim de que não aconteça injustiça nesse tema que é muito importante para os Municípios brasileiros”, frisou o ministro.

As pautas foram reforçadas pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi, ao ministro Nardes, em reunião que ocorreu após o Fórum, no dia 28 de novembro. Sobre o Fundef, o presidente da CNM destacou que é uma pauta do movimento e solicitou que o TCU aprecie a pauta que trata da utilização dos recursos a serem pagos pela União. “Os Municípios precisam saber como utilizar esse dinheiro. Nenhum prefeito quer ser penalizado por utilizar recurso de forma errada”, destacou o presidente da CNM.

Gestão

CNM entrega panorama das finanças públicas municipais em Paris

Os Entes municipais brasileiros estarão representados, pela Confederação Nacional de Municípios, na Segunda Reunião do Observatório Mundial de Finanças e Investimento dos Governos Subnacionais no próximo dia 17 de dezembro, em Paris, na França, evento promovido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos). Um documento que reúne dados das finanças públicas municipais brasileiras será apresentado nessa reunião.

O documento, conhecido como Ficha País e proposto pelo comitê diretor do observatório, é uma compilação de dados estatísticos e econômicos apresentados de forma agregada sobre as diferentes esferas dos entes subnacionais do Brasil. A CNM é a responsável por fazer o levantamento e apresentar a Ficha País. Esse documento contém informações sobre indicadores socioeconômicos, níveis de governança, organização territorial e as competências dos governos subnacionais.

O material está sendo preparado e fará parte do Observatório Mundial de Finanças

e Investimento dos Governos Subnacionais. Todos os dados reunidos pela CNM, a partir de levantamentos feitos por economistas especialistas em gestão pública, servirão de apoio para que as entidades internacionais possam entender como o sistema de dados sobre gastos e investimentos estão estruturados. O estudo abrange mais de 100 países, e cada nação deve encaminhar suas respectivas informações.

As reuniões para consolidação do observatório são realizadas anualmente, sendo que a primeira ocorreu em novembro do ano passado. No encontro em Paris, a entrega da Ficha País pela CNM será importante para que possa ser feita a análise do que avançou no Brasil em relação aos dados apresentados e também a comparação com outros países, indicando o que pode ser aperfeiçoado no levantamento dos dados. Ainda será apresentado o material que foi encaminhado ao longo de 2018 para a construção desse documento.



Divulgação

Ações da CNM

Durante a gestão do ex-presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a Confederação ocupou a vice-presidência da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma), entidade municipalista regional representante dos Municípios latino-americanos na CGLU. Na ocasião, o então presidente da CNM ocupou também o cargo de vice-presidente da Organização Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).

Gestão

Entidades firmam parceria para solucionar dificuldades legislativas

A qualificação de gestores municipais e servidores é um dos grandes desafios encontrados em muitos Municípios pelo país. Diante disso, a CNM firmou cooperação técnica para o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

A parceria tem como objetivo solucionar as dificuldades legislativas, financeiras e burocráticas para facilitar aos governos municipais o uso de tecnologias e estruturas técnicas próprias e utilizar com mais eficiência o recurso público em ações capazes de melhorar a qualidade de vida da população.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, reforçou a importância da assinatura, que se deu

na sede da CNM no dia 21 de novembro. “A gestão local é onde as coisas acontecem. Se nós prepararmos o gestor local, os servidores das nossas prefeituras, nós vamos com certeza construir um país melhor”.

Com a assinatura, não são só as entidades ganham, mas também a sociedade e a gestão pública. É o que reforça o presidente da Atricon, Fábio Nogueira. “Esse acordo de cooperação técnica simboliza esse espírito que preside o sentimento das duas instituições. Vamos estabelecer essa relação de compartilhamento e intercâmbio de experiências, de informações e tecnologias para que possamos desenvolver práticas que possam qualificar a gestão pública local”.



Ag. CNM

Além dos presidentes da CNM e da Atricon, participaram da solenidade de assinatura o 1º secretário da CNM, Hudson Brito; o representante do IRB, conselheiro Cezar Miola; o representante da Abracom, conselheiro Thiers Montebello (Abracom); o vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Atricon, conselheiro Renato Rainha; além do secretário-geral do TCDF, Luiz Genélio Mendes Jorge.

Institucional

Movimento municipalista protagoniza publicações nos jornais

A preparação e os resultados da última Mobilização Municipalista de 2018 também repercutiram nos jornais. A nota da CNM "Saída de cubanos do Mais Médicos afeta 28 milhões de brasileiros, a maioria de áreas vulneráveis" foi amplamente divulgada e ganhou espaço em diversas publicações, desde o impacto da saída dos médicos cubanos dos Municípios até o lançamento do edital para substituição destes profissionais. Além disso, a atuação do presidente Glademir Aroldi e dos participantes da mobilização, no Congresso Na-

cional, também teve espaço garantido nos veículos de comunicação, de nacionais, regionais e locais.

Durante a mobilização, o presidente da CNM reconheceu a importância do trabalho da imprensa e agradeceu a cobertura da mídia, que também ajuda nos avanços da pauta municipalista. "A gente precisa encontrar caminhos com diálogo e disposição", afirmou Aroldi. Ele também sinalizou ainda que as conquistas assim como as reivindicações, quando noticiadas e mostradas pelos diversos jornais do país, tornam a atuação

do movimento municipalista ainda mais justificável. "É uma forma de mostrar que estamos lutando para melhorar a vida de cada brasileiro, que vive nos Municípios", acredita.

Entre as mais de 750 citações da CNM nos principais jornais, apenas em novembro, também ganhou espaço a luta pela regulamentação do pacto federativo, por melhorias no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e para redistribuição dos royalties, inclusive a manutenção do regime de partilha da cessão onerosa.

ZH ZERODIÁRIO veja MUNICÍPIOS APREENSIVOS COM FUTURO DO MAIS MÉDICOS

veja Prefeitura de São Paulo cobra R\$ 28 bilhões do presidente eleito

UOL Valor Econômico Saída de cubanos deixa 28 milhões sem assistência, diz confederação

Valor Econômico Deputados prometem esforço para aprovar acréscimo no FPM em evento de municípios

UOL Deputados prometem esforço para aprovar acréscimo no FPM em evento de municípios

veja O fim do Mais Médicos pode causar 'estado de calamidade', diz Confederação de Municípios

veja Confederação Nacional de Municípios (CNM) alerta para 'estado de calamidade pública' com saída de médicos cubanos

Valor Econômico Confederação de municípios quer 30% do bônus da cessão onerosa

veja Seleção para o Mais Médicos terá limitador de vagas por município

veja Seleção para o Mais Médicos terá limitador de vagas por município

O Globo Decreto pode reduzir dívidas dos municípios com o INSS em até 35%, dizem prefeitos

O Globo Prefeitos já cobram R\$ 28 bilhões do presidente eleito

ISTOÉ Prefeitos já cobram R\$ 28 bilhões do presidente eleito

HOJE EM DIA CNM quer discutir pacto federativo com próximo governo

FOLHA DE S. PAULO Famílias que dependem de médicos cubanos temem a saída de 'órfãos da saúde'

AGAZETANEWS Temer assina decreto que revê débitos de municípios com a União

AGAZETANEWS Prefeitos vão a Brasília pressionar Congresso em favor da pauta municipalista

EBC Agência Brasil Temer assina decreto que revê débitos de municípios com a União

ESTADÃO Governo erige comitê para discutir repasses do INSS a municípios

GOBO Governo erige comitê para discutir repasses do INSS a municípios

Eventos

Encontro reforça desafios dos Municípios Amazônicos

Municípios dos sete Estados da região Norte do Brasil, que compõem a Amazônia Legal, se uniram para buscar soluções para os problemas enfrentados pela região. O Encontro Amazônico aconteceu entre os dias 13 e 14 de novembro em Santarém (PA). O anfitrião e presidente da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), prefeito Nélio Aguiar, ressaltou a importância de os gestores municipais da região unirem forças.

“Com a união de todos será possível avançar e desenvolver melhor os Municípios que compõem a Amazônia. O principal desafio é fazer com que as decisões do governo central levem em consideração a realidade amazônica e o alto custo que nós temos”, reforçou o prefeito, que também integra o Conselho Político da CNM.

Com pauta em comum, os gestores municipais integrantes da Amazônia Legal ouviram representantes do Executivo e Legislativo. “Temos a mesma realidade, as mesmas demandas, as mesmas angústias, os mesmos sofrimentos”, reforçou o prefeito de Santarém. Como resultado, foi assinada a Carta de Santarém, com as



Foto: Pref. de Santarém/PA

principais necessidades acordadas e que será entregue aos governadores e ao governo federal.

“Nós somos da região que enfrenta os piores problemas sociais do país e não temos mais como aceitar isso. É por isso que vamos trabalhar para sensibilizar todas essas novas autoridades para termos condições de fortalecer as estruturas municipais e dar um novo futuro aos que moram aqui”. A fala foi do presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e vice-presidente da CNM, Jairo Mariano.

A importância da reunião, promovida pela CNM e pelas entidades estaduais e regionais municipalistas, foi lembrada pelo prefeito de Santana e presidente da Associação dos Mu-

nicipios do Estado do Amapá (Ameap), Ofirney Sadala. “É muito importante essa reunião dos Municípios da região amazônica por conta de, por exemplo, Santana, assim como Santarém e Manaus, serem regiões portuárias, e as nossas políticas precisam ser discutidas em conjunto para que tenhamos mais força junto ao governo central”, disse.

A melhoria da qualidade de vida da população da região Amazônica foi destacada pelo tesoureiro da CNM e prefeito de Manaquiri (AM), Jair Souto. “Neste momento, é preciso não só descentralizar as ações, os serviços, mas também os recursos públicos, porque nós não conseguimos – dadas as demandas da sociedade – fechar conta, pagar tudo aquilo que a sociedade precisa e quer”.

Além de prefeitos e vice-prefeitos, governadores e parlamentares, participaram também do encontro representantes da Associação dos Municípios da Calha Norte (Amucan), da Associação dos Municípios do Acre (Amac), Associação Rondoniense de Municípios (Arom) e da Associação dos Municípios de Roraima (AMR).

Rede Municipalista

Conexões entre Municípios movimentaram o mês de novembro

A excelência na gestão municipal passa, também, pela troca de experiências e boas práticas entre os Entes locais. E uma das maneiras que a CNM desenvolveu para promover essas inteirações é a campanha Conexões Municipalistas, que, em novembro, passou por 12 localidades – Rio Branco (AC); Fortaleza (CE); Quixeramobim (CE); Porto Velho (RO); Juazeiro do Norte (CE); Montes Claros (SP); Natal (RN); Bacabal (MA); Surubim (PE); Juripiranga (PB); Cajazeiras (PB); e São Sepé (RS);

O objetivo central desses encontros é melhorar a gestão municipal, estabelecendo o diálogo e buscando conexões com outros Municípios, além coletar e fortalecer a pauta municipalista. Essas conexões podem ser por afinidades regionais, culturais, econômicas, sociais e até políticas. Mas o que realmente importa é vencer os desafios para melhorar a vida das pessoas.



Fotos: Divulgação

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi • Diretor executivo: Gustavo Cezário • Jornalista responsável: Viviane Cruz • Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Maia, Livia Villela, Luiz Leite, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Jefferson Viana/Ag. CNM • Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco • Design: Themaz Comunicação • Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • E-mail: atendimento@cnm.org.br